

CENÁRIOS (FUTUROS) DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

*- Ernesto Candeias Martins (IPCB/ESE)

Vivemos numa sociedade que avança a traços largos para o conhecimento, para a aprendizagem pelas imagens, para a inclusão das novas tecnologias em todos os sectores de serviços, de produção e comercialização, para uma nova forma de comunicação e de relações humanas e sociais, para novas qualificações dos profissionais. Neste cenário o conhecimento é uma riqueza, a 'informação' é uma finalidade.

Estão as universidades, as instituições de ensino superior (públicas e privadas) a adaptarem-se a estes novos contextos de globalização e da sociedade do conhecimento?

As universidades provêm do século XII e progressivamente se colocou mais a favor da 'razão' do que do dogma, mais a favor do saber (es) científico (s) – conhecimento empírico, do que do saber vulgar, mais a favor da liberdade do que da exclusão e dos estigmas sociais. Esta tendência adquirida pouco a pouco com teor democrático foi gerando um ambiente universitário que é caracterizador de cada universidade (cultura universitária própria), tendo promovido situações, movimentos de contracorrente ao poder político vigente, conflitos, manifestações de protesta, etc. É este âmbito das universidades (instituições de ensino superior) supranacional, que retendo o passado, projecta o futuro de gerações de estudantes, de tal modo que chegamos a criticar o seu conservadorismo ao nível estrutural e burocrático, incluindo ao nível do pensamento.

Sabemos que o contexto legal e institucional que dá suporte à organização dos currículos universitários na Europa se alterou na última década, desde a criação em 1998 (Tratado de Sorbonne) do 'Espaço Europeu de Educação Superior' (EEES), tendo como referencia a acomodação a um marco transnacional da educação superior em todos os estados nacionais. A EEES é, pois, a convergência europeia da educação superior, dos sistemas universitários a um marco comum. Destaca-se, no sentido do eixo estratégico dos planos de estudo, as palavras 'espaço' e 'área' ajustadas à diversidade caracterizadora das instituições sociais europeias.

No contexto actual a responsabilidade das instituições de ensino superior é tripla. Uma responsabilidade regional (ligado ao desenvolvimento), nacional (capital humano qualificado) e internacional (investigação), que pressupõe políticas (sociais, económicas e culturais) de interesse para uma educação ao longo da vida, no âmbito das recomendações da Agenda de Lisboa. Várias investigações apontam para que as universidades ou instituições de ensino superior sigam políticas adequadas aos problemas políticos, financeiros, de recursos ambientais, de organização e produção de conhecimento (Bok, 2003; Bower & Shapiro, 1998; Duderstadt, 2000; Levin, 2003). Assistimos a relações polémicas ou difíceis entre aquelas instituições e o poder político e, até o mercado empresarial, muitas vezes com algumas incongruências, ante a procura da qualidade e da excelência das suas organizações e dos seus 'outputs' (titulados).

Pretendemos analisar as consequências do processo de confluência para a organização dos estudos superiores universitários e a influência que este cenário exerce

sobre os actuais modelos de educação superior nas respectivas instituições. Indicaremos alguns cenários que emergem da relação entre o poder político, o mercado de trabalho e as universidades, principalmente ao nível organizacional (estrutura das instituições com limitações), das funções (objectivos multidimensionais), do financiamento, da limitação dos recursos humanos e materiais (pouca adaptação aos novos recursos tecnológicos, certo isomorfismo), da gestão (problema da liderança forte), da avaliação dos resultados do desempenho pedagógico e avaliação institucional (avaliação interna, externa e meta-avaliação) e da qualidade de ensino, do número de qualificados saídos e o seu êxito profissional, etc. reflectiremos alguns destes elementos neste novo cenário da globalização.

1.- As instituições de ensino superior como organizações complexas

O sistema universitário de qualquer país é uma rede de organizações complexas e autónomas. Nas últimas décadas as universidades converteram-se em instituições mais complexas e custosas da sociedade. Na actualidade as instituições de ensino superior dedicam-se a produzir conhecimento, a realizar investigações (projectos, avanços científicos) e a formar e a qualificar os jovens. Todos sabemos que a sociedade depende do conhecimento e, por isso, a universidade ou as instituições de ensino superior tem um papel amplo nesses contributos de produção dos saberes ou conhecimentos, apesar de haver poucos estudos empíricos e interpretações descritivos sobre o papel dessas instituições na sociedade do conhecimento. Não há estudos comparativos entre as universidades, nem uma análise profunda aos seus reais problemas ou soluções comuns.

Em geral os alunos do ensino superior estão como afastados do funcionamento da organização universitária, mesmo tendo representação nos órgãos respectivos e, até o pessoal não docente ignoram a realidade mais elementar. Há pouco informação e a que se difunde não têm a relevância devida para tomar decisões mais adequadas às exigências da sociedade.

É óbvio, que a universidade passou a ser uma organização destinada a formar apenas elites directivas da sociedade para prover educação à maior parte da população, principalmente, nas décadas de 70 e 80 do século passado (massificação no acesso ao ensino superior), dedicando-se a formar capital humano. Contudo, a universidade de massas passou a ser uma conquista social (democratização do ensino à todas as classes sociais)

Outra transformação das instituições de ensino superior é o da 'universalização da educação superior. Uma grande maioria da população jovem (incluído os maiores de 25 anos – exames ad doc) teve a possibilidade de aceder a um curso superior, graças também ao subsistema de ensino politécnico. Neste sentido, a universidade passou por várias etapas: de selectiva para 'elitista'; de massas; etapa de universalização; finalmente para todas as pessoas ao longo da vida ('lifelong learning', conhecido por LLL). Isto supõe que a universidade ofereça uma educação de qualidade e com taxas de propinas mais acessíveis a todos os novos públicos ou públicos potenciais de formação. Esta possibilidade requer uma transformação na sua organização actual. O mais normal é criar bons profissionais, qualificá-los para o mercado de trabalho, líderes, cidadãos educados e

críticos.

É verdade que as instituições de ensino superior nos últimos anos têm incrementado a produção de conhecimento (investigações), não dando grande ênfase em profissionais. Trata-se mais de elaborar conhecimento, que por sua vez promova impacto social e económico. Daí o objectivo actual assentar na inovação, na criação e avanço do conhecimento por si mesmo.

A sociedade do conhecimento (e da informação) não é um slogan. A educação das pessoas, e o conhecimento que essas pessoas produzem, constitui a fonte fundamental de riqueza de um país. Não se trata de fabricar coisas materiais ou industriais ao velho estilo da pós - revolução industrial, mas sim criar conhecimento, inovar, ter ideias criativas e saber transferir esse conhecimento a situações práticas. A sociedade contemporânea exige pessoas que estejam continuamente a aprender, a inovar, atentas aos novos conhecimentos.

Efectivamente a universidade já não é uma instituição que forme temporariamente as elites de poder ou profissionais, outorgando-lhes um título. Passou a produzir e a elaborar conhecimento continuamente, pois é este hoje em dia o factor de riqueza de um país. Daí converter-se numa organização onde o mais importante é ser crítico e questionar o conhecimento ou os saberes estabelecidos. Os activos tangíveis devem ser protegidas, pois deles depende o avanço do conhecimento, questionam os paradigmas científicos estabelecidos e recai a inovação. Cada vez mais a riqueza de um país deriva da aplicação dos novos conhecimentos e da inovação. Enquanto as antigas fontes de desenvolvimento (carvão, petróleo, madeiras, mar, ...) têm um limite, o conhecimento não tem limites, não se esgota. Esta é a diferença desde a perspectiva do desenvolvimento sustentável.

É um facto que hoje em dia temos acesso instantâneo (Internet) à informação, a qualquer ponto da rede. A avalanche de dados neste início do milénio implica que o sistema pareça caótico. Há muito conhecimento acessível, mas não é fácil desde a sua complexidade verificar a sua fiabilidade e definir uma ordem. Por vezes, o novo conhecimento demonstra que o anterior conhecimento estava equivocado. Este contexto de mudança acelerada obriga a uma reestruturação das universidades ou das instituições de ensino superior.

Sabemos, desde a sua criação, que a universidade tem um sentido universal, internacional. Actualmente é usual encontrarmos uma percentagem significativa de alunos estrangeiros e, até, de visitas contínuas de professores (programas de mobilidade europeia), o que converte a educação e a investigação sem fronteiras. O mesmo se irá passar com o sistema de avaliação, a nível nacional ou internacional, das instituições de ensino superior (avaliação interna, externa e meta-avaliação) com a presença de comités ou personalidades estrangeiras a diagnosticarem o desempenho pedagógico, os currículos e as instituições. A universidade deixou de ser uma ilha isolada para fazer parte de uma rede, de uma estrutura em forma de 'multiversidade virtual' (através de protocolos, parcerias ou outras modalidades de integração mais abrangente)²⁷. São organizações

²⁷ As universidades de grande renome internacional, por exemplo de Oxford e Cambridge, assim como o grupo 'Ivy League' (uma dúzia de universidades antigas e prestigiadas americanas, destacando-se Harvard, Yale e Princeton) constituem blocos de instituições internacionais, situando-se no epicentro da rede mundial

complexas e técnicas na sociedade contemporânea, com uma boa percentagem de pessoal especializado (formação elevada) e com um elevado grado de qualidade de ensino.

Por outro lado, há uma tendência das universidades (públicas, privadas) tenderem a imitar a Harvard University (processo de 'harvardização') ou, então, ao modelo de 'research university', quer no processo de docência, quer nos esforços de investigação. O que é certo é que já não existem universidades, sejam pequenas ou regionais, que se dediquem exclusivamente à docência. Surge ultimamente um tipo de universidades a dedicarem-se apenas ao terceiro ciclo e à formação específica de investigadores, o que supõe uma aposta de recursos financeiros. É evidente que o modelo de universidade expandiu-se devido ao apoio do financiamento do estado, o que implicou incrementar a qualidade do seu ensino. Passou-se, assim de uma universidade elitista a uma universidade 'massificada' (crescimento súbito, sem controlo, nas últimas décadas do século XX), sacrificando um pouco a qualidade.

Pois bem, apesar de ser lento o ritmo de crescimento nas instituições de ensino superior, o desafio actual é o da universalização, isto é, essas instituições tornam-se acessíveis a todos os jovens, com a preocupação da qualidade, da excelência da sua organização e pela investigação (Miguel, Cais y Vaquera, 2001). Trata-se de conseguir a universalização dos estudos terciários (programas específicos de masters, de 3.º ciclo, de pós-licenciatura adaptados aos profissionais), incorporando novos públicos. Este novo cenário obriga que o tamanho daquelas instituições seja mais reduzido e mais maneável, no cumprimento das exigências referidas²⁸.

Todos reconhecemos o serviço público e o bem social da universidade para com a sociedade, inclusive a investigação básica e aplicada. Estes contributos aumentam na sociedade do conhecimento, convertendo-se a universidade cada vez mais dependente do mercado de trabalho ou mercado empresarial e das necessidades reais dos seus clientes.

2.- Os objectivos na refundação das instituições de ensino superior

As instituições de ensino superior manifestam vários objectivos. Não há nenhuma instituição que estrategicamente não tenha mais que um objectivo. A caracterização actual da universidade é a sua multiplicidade de objectivos, que não são fáceis de hierarquizar. O primeiro identifica-se com o que ensino, com a docência (há alunos que são formados e são examinados). O que antes era marginal passou a ser um dos objectivos fundamentais, a investigação. O terceiro objectivo é o de ser guardião da cultura e de a transmitir a todos os seus alunos (daí a importância da cultura e do papel socializador da organização universitária). Por último o sentido de responsabilidade pública da universidade, de serviço público, de 'multiversidade', como afirma Clark Berr (1995).

Historicamente a universidade foi um bastião conservador, onde se formava uma elite da sociedade (as raparigas não ingressavam nela). Iam à universidade as pessoas que se convertiam em políticos, advogados, médicos, sacerdotes e pouco mais. O propósito

de universidades ao nível da produção do conhecimento e da investigação científica (projectos comuns).

²⁸ Cremos que o modelo de instituição de ensino superior, mais humano e mais produtivo, para cumprir com os objectivos de formação integral dos alunos, principalmente as de ensino politécnico, é de um tamanho médio de quatro a cinco mil alunos, o que obriga essas instituições a agruparem-se em rede e num sistema de parcerias.

era manter as normas e o controlo social. Só recentemente a universidade se transforma num motor de mudança social, com objectivos ao serviço da sociedade, incorporando ideias multiculturais e solidárias. O modelo de educação universitária secular triunfa, convertendo a universidade independente e moderadamente critica. Com o desenvolvimento tecnológico a docência e o ensino (aulas) pouco se alterou na universidade, ainda se segue os métodos tradicionais e as aulas magistrais, o quadro, os acetatos e os textos escritos (sebentas). As universidades ou as instituições de ensino superior, na sua maioria, parecem imunes à investigação informática e tecnológica.

É óbvio que o poder da universidade provém da 'licentia' (licenciatura), de outorgar certificações ou títulos oficiais para se poder desempenhar uma profissão. O poder dar títulos superiores é importante, de tal modo que sustenta neles a sua fonte principal de poder social. Outro poder que ostentam as universidades, principalmente as universidades de maior prestígio e ligadas à investigação, é o de formar professores de ensino superior e de outros níveis de ensino (sector terciário), além de formar profissionais. Há poucas universidades no mundo que se dediquem exclusivamente a formar doutores e investigadores, devido à sua dependência financeira do sector público. Actualmente qualquer modelo de instituição de ensino superior deve dedicar-se à formação ao longo da vida da diversidade de alunos. Esta característica implica que essas instituições deixem de estar dominadas pelos docentes, para voltarem-se para as exigências dos alunos, dos interesses dos clientes, incluindo as necessidades futuras dos antigos alunos. Os professores cada vez decidem menos nos planos de estudos ou dos conteúdos dos novos programas, pois como qualquer organização social, a instituição de ensino superior gira à volta do 'cliente' (do aluno e do antigo aluno). Por isso, cada uma delas deve conter uma (ou várias) comunidade de aprendizagem, onde os seus membros definem as suas preferências educativas ou formativas. Estas comunidades de aprendizagem se solapam com as profissionais. Este é um dos objectivos da declaração de Bolonha. Os cursos profissionais se convertem em estudos (formação) genéricos que permite aceder a profissões diversas.

Os novos cursos superiores terão que incutir na formação dos alunos (via profissionalizante) a vertente de investigação (aprender a investigar, como aprender usando as novas tecnologias) e um esforço interdisciplinar na base de créditos em outras áreas afins ao curso de formação.

Nos estudos de terceiro ciclo, principalmente de doutorado, o modelo a adoptar será algo distinto. Deve ser um modelo que privilegie a relação pessoal da formação base interdisciplinar com a pesquisa e a investigação (experiências em centros de investigação, em empresas, no sector público ou na educação).

Todos sabemos que cada vez há mais alunos 'adultos' (e estudantes trabalhadores, com capacidade de auto-financiamento) nas instituições de ensino superior (especialmente na universidade à distancia ou universidade aberta), em cursos de pós-licenciatura, pós-graduações ou especializações. Para eles a educação universitária (e o título e/ou certificação) é muito importante ao nível laboral, exigindo uma qualidade superior do ensino.

Retomando a nossa análise aos objectivos importantes destacamos o facto da

docência e a investigação ao nível das instituições superiores se complementarem. Qualquer bom professor universitário deve investigar. A universidade reproduz e transmite o conhecimento, critica o conhecimento dominante e questiona a ordem estabelecida. Procura-se a mudança social, com o anseio de produzir uma melhoria ou progresso social e cultural. O modelo europeu e internacional é de 'universidade – investigadora' (research university). Todas as instituições de ensino superior tendem a este modelo, cada vez mais exigente (investigação científica avançada), devido ao avanço do conhecimento científico. É bem verdade que nem todas essas instituições realizam investigação avançada, de forma intensiva e, além disso, muito espargida em cada país membro da União Europeia.

De facto, a universidade muda da docência para a investigação. Não se trata que a docência seja um segundo plano, nada disso, é que o conteúdo do conhecimento se transforma, o que se deseja é avançar no conhecimento, já que há muita competitividade ao nível da inovação e da criatividade. É, por isso, que a docência se transforma também, desde do 'saber' para 'saber como se sabe'. Daí a investigação ser uma parte importante na docência de todos os ciclos de formação.

Nos últimos tempos o financiamento de investigação na universidade ou centros de investigação aumentou (projectos de investigação), em especial ao destaque e prestígio dos directores de investigação e/ou equipa de investigadores, que constituem 'activos' importantes nessas áreas de investigação, com funções múltiplas. O equilíbrio de investigação básica e aplicada é complicado. Em realidade a tensão se produz entre a investigação que os professores realizam por curiosidade e a investigação que têm que fazer para outras agências no âmbito das linhas de investigação institucionais.

Por outro lado, a investigação questiona a estrutura por profissões, áreas e domínios de conhecimento, daí a reestruturação das instituições de ensino superior (departamentos e planos de estudo. Ultimamente se está revendo a estrutura das disciplinas (curriculum) e das áreas ao nível dos cursos, com uma maior flexibilidade e interdisciplinaridade. Os problemas complexos do mundo actual não se pode resolver com visões disciplinares, mas sim com a integração de diversos enfoques e distintas disciplinas. O objectivo é o de incorporar várias interpretações culturais. A globalização está a produzir uma mudança tão acelerada, que a antiga 'árvore da ciência' com as suas ramas (mais ou menos 180 áreas), são incapazes de se manter (incluindo a própria divisão de departamentos), já que aparece novas áreas (ciências).

Os cursos superiores passam a ter avaliação contínua (interna, externa e até meta-avaliação) ao nível europeu, em relação à qualidade do ensino, do desempenho dos professores e da investigação produzida (critérios de produção). A universidade do futuro passará a ser uma rede inter-conectada, ampla, com grupos e disciplinas/áreas integradas por temáticas ou por problemas, com inter-relações reais, físicas ou virtuais. As próprias novas tecnologias estão a produzir mudanças na rede e nos tipos de relações, muitas delas desconhecidas.

Qualquer instituição de ensino superior preserva a cultura do presente para as gerações futuras. Não é um guardião do conhecimento, mas de valores essenciais, de tradições, de bagagem cultural da sociedade. As pessoas exigem um conjunto de valores

básicos (além do desenvolvimento de competências e destrezas) para funcionar adequadamente numa profissão. Esse conjunto de valores aprende-se e se desenvolve com o ensino superior. É esse processo múltiplo de conhecimento 'se descobre' (indagação), 'se guarda' (selecção), 'se elabora' (sintetiza com estruturas lógicas), 'se transmite' (processamento, gestão) e 'se transfere' (aplicação). O simples conhecimento não é cultura, nem sabedoria, pois se requer um processo de elaboração posterior. Também no actual cenário educativo e laboral não existe uma identificação clara entre curso e profissão e entre profissão e emprego.

Efectivamente, hoje vivemos num ambiente multicultural (admite guetos de culturas diversas) e/ou intercultural (mistura de culturas, mestiçagem de cultura). Se critica o sistema de ensino superior excessivamente profissionalizado, pois não se necessita tantos profissionais de determinadas áreas. Se aconselha uma educação terciária mais geral, humanista e apoiada em grandes ideias e em 'activos de conhecimento'. Parece que regressamos a uma 'liberal arts education' numa instituição de tamanho pequeno, onde a relação pedagógica docente/discente é intensa, em que em três ou quatro anos desenvolva os seus interesses gerais (período de licenciatura). Trata-se de um modelo que pretende formar bons cidadãos, com valores democráticos e solidários.

Sabemos que a maioria dos alunos vão para o ensino superior com 18 ou 19 anos, permanecem na instituição três ou quatro anos. Neste período o seu processo de amadurecimento muda consideravelmente, pois se socializam (relações diversas) e aprendem matérias profissionais. É uma época ideal, de rebeldia, curiosidade, de investigação, de estudo autónomo e responsável, aquisição de valores, etc. A instituição de ensino superior converte-se numa comunidade de socialização. Actualmente a rede e a comunicação digital (Internet, telecomunicações móveis) criam sistemas globais de comunicação com a comunidade virtual ao nível mundial (campos virtuais e comunicação). O potencial de socialização mundial pelas redes globais de comunicação são um dos aspectos que irão mudar no sistema universitário.

É evidente, que um curso superior (licenciatura) pode não ser suficiente para conseguir o primeiro emprego, mas sim para desempenhar uma actividade que exige uma continuidade de aprendizagem. Educa-se os jovens para serem cidadãos críticos, numa sociedade democrática.

3.- A limitação dos recursos

É demais sabido que as universidades ou instituições de ensino superior, desde o ponto de vista físico (edifícios, espaços, equipamentos, aulas, estudantes, etc.), se assemelham umas com as outras. Há uma tendência isomórfica, mesmo entre as instituições públicas e privadas, na forma como são financiadas, o controlo da gestão e administração. Em geral as instituições de ensino superior dependem do orçamento e subsídios do Estado, dos recursos para a investigação, das propinas dos estudantes e até de acordos com outras entidades empresariais privadas. Os sistemas organizacionais e de financiamento são parecidos nas públicas como nas privadas. Em todas há uma resistência enorme às mudanças, destacando-se em particular o sector docente nessa defesa por não mudar nada ou muito pouco. Diz-se que mudar um currículo ou plano de

estudos é mais difícil que mudar um 'cemitério de lugar'.

Nesta sociedade em mudança, do surgimento de novos saberes e de novas exigências, as instituições de ensino superior representam um certo imobilismo, devido à sua história e tradição. A maioria das universidades estão organizadas 'para' e 'pelos' professores. A maior parte da gestão e as decisões pedagógicas são tomadas pelos professores (poder colegial).

O recurso mais importante nas instituições de ensino (superior) é o pessoal. O seu custo numa gestão racionalizada ronda os 60 a 70 por cento do seu orçamento. Como sabemos na actualidade esta cifra, na maioria daquelas instituições é bastante superada. Os professores constituem um indicador excelente de qualidade global de qualquer instituição. Ser professor do ensino superior é mais uma 'vocação' que uma 'profissão' (tal como afirma M. Weber na obra 'A ciência como vocação de 1919'). É que o sistema de habilitação (acesso) para ser funcionário (público) exige uma dedicação especial ao 'saber', à 'ciência' e em contrapartida recebe condições especiais de segurança no emprego. As tentativas por profissionalizar os professores sofreram alguns reveses. Só nas instituições privadas é que se observa certo profissionalismo dos professores, mesmo trabalhando a tempo parcial.

No futuro esta estabilidade no emprego na função pública não existirá, pois os contratos serão temporários, por objectivos e flexíveis. Isto é, a avaliação ao desempenho dos professores será um processo contínuo ao longo da sua carreira e cada vez mais se valoriza a investigação, os projectos de investigação em que participa. É óbvio que a organização universitária deve estar cada vez menos centralizada no professorado e mais nos alunos, numa experiência interactiva entre professor e aluno. Os professores são cada vez menos homogêneos. Constituem dois tipos de grupo, os 'funcionários' e os 'contratados' a tempo parcial. Isto permite à universidade uma maior flexibilidade na institucionalização do seu sistema contratual e na estrutura dos seus departamentos. O objectivo das instituições de ensino superior não é só ensinar os estudantes aprender, também que os professores aprendam (comunidade de aprendizagem), num aprender a aprender. É verdade que estas instituições se tornam mais obsessivas na selecção de professores, nos seus melhores 'activos intelectuais' que no pessoal não docente. Contudo, a qualidade do pessoal não docente (gestão, administração, serviços) é importante, pois representam a continuidade da organização, mesmo sendo invisíveis e guardadores da memória histórica da instituição.

Uma das diferenças das instituições de ensino superior é carência de capital humano adaptado às novas exigências da sociedade do conhecimento, baseado no 'aprender a aprender' (rácio ideal de 6 a 7 professores e de 2,5 a 3 não docentes por cem alunos). Ir à universidade é um investimento que dura toda a vida. Supõe-se que a educação terciária poderá ser financiada, já que é um bem público. Os jovens realizam um esforço ao tirar o seu curso e podem devolver à sociedade com uma produtividade laboral (competências) maior.

O custo da educação superior é muito elevado. É maior que o custo da vida. Por isso, as instituições de ensino superior terão que reduzir custos, controlar os gastos. Se queremos uma educação universitária mais barata e de melhor qualidade é necessário

realizar mudanças substanciais ao nível organizacional naquelas instituições (relação: custo/qualidade). A ideia geral é que uma geração deve pagar a educação da geração seguinte (equilíbrio geracional). Na sociedade actual a transferência de recursos de uma geração a outra não tão óbvia.

Os sistemas educativos modernos promovem bolsas de estudo, empréstimos e trabalho parcial, realizando por exemplo, na Austrália, pagamentos aos estudantes com cargo aplicado ao seu futuro económico, deduzindo na sua declaração de rendimentos (IRS) ao longo da vida (pagamento proporcional). Assim, se transfere o custo da educação superior aos estudantes, que se beneficiam num momento da vida em que podem pagar e o benefício dessa educação se materializa. Sabemos que a universidade e as instituições de ensino superior depende cada vez mais do mercado de trabalho/empresarial. A tendência é a de transferir a responsabilidade económica da educação terciária das famílias aos indivíduos.

Uma fonte nova de ingressos é os antigos alunos das instituições de ensino superior, que normalmente se encontram em situação económica mais desafogada ou boa, devido à educação recebida na sua instituição formadora. São potenciais clientes de novas ofertas de cursos ou de formação, numa fidelidade à instituição superior. Por isso, as instituições oferecem programas e projectos formativos virtuais ('on line') ou semi-presenciais para os antigos alunos e novos públicos, num horário flexível (pós - laboral).

As novas ideias sobre a organização da universidade e das instituições de ensino superior cristalizam-se com conceitos como instituição 'empreendedora', 'empresarial', 'investigadora', orientada por planos ou programas estratégicos, indicações de gestão e 'management' e com um poder mais concentrado numa administração de gerência por um gestor' (sem professores). É claro que os professores são contrários a este modelo, já que este tipo de gerência (ideal de redução de custos e manter a qualidade do ensino) estabelecem aos professores o que devem fazer (nível de ensino), as linhas e projectos de investigação, a avaliação contínua do professorado e dos departamentos. O custo da educação terciária cresce mais que a taxa de inflação.

Há uma relação entre o custo da educação superior, a qualidade e o prestígio de uma instituição de ensino superior/universidade. Cada uma destas instituições gira à volta dos recursos humanos e materiais (equipamento), destacando-se a qualidade e o tamanho da biblioteca (número de documentos / espólio). A qualidade tem os seus custos e, por isso, deverá ser aceite com precaução (por exemplo, a estratificação de custos). Num sistema de ensino superior convém que tenha 'centros de excelência' (centros de referencia nacional e europeia). A ciência, o saber e a investigação é um processo de selecção contínuo, necessitando-se de uma estratificação de organizações que permitem seleccionar pessoas (alunos, professores, não docentes), projectos e ideias. A qualidade é cara e deve ser reservada a poucas instituições.

As organizações como mesmo nome (ensino superior) tem diferentes objectivos. É importante desenvolver a capacidade de estabelecer prioridades e distribuir adequadamente os recursos às prioridades estratégicas. A investigação científica, uma grande biblioteca e os espaços de informática aos alunos podem não ser as primeiras prioridades versus docência e serviços à sociedade. Os recursos são cada vez mais

escassos e quando se cria um programa ou plano curricular novo deve desaparecer um anterior, já que a planificação é incrementalista e expansiva. É preciso decidir entre programas alternativos, com a ideia fixa de que há limitação de recursos e meios.

Vulgarmente avalia-se a qualidade em termos de recursos e não em resultados. Avalia-se o desempenho pedagógico dos professores (avaliação interna e externa), os projectos de investigação realizados, os currículos dos professores e investigadores, a produtividade (alunos e professores), empregabilidade dos alunos e outros indicadores institucionais. Actualmente há uma obsessão em avaliar e reavaliar os professores devido à incapacidade ou dificuldades em se medir os resultados. Cada vez mais se critica a 'excelência' do ensino superior ou o elitismo encoberto da educação terciária. Na prática em vez de se procurar desesperadamente a qualidade a qualquer custo, a sociedade pretende é um ensino superior decente a um custo baixo, pois o incremento da qualidade é custoso e por vezes não compensa. Pensamos que a qualidade do ensino é importante, mas o custo também o é. Daí a preocupação actual de reavaliar e alterar o sistema de financiamento das instituições de ensino superior.

Todos sabemos que o conhecimento é simultaneamente o meio e o fim das instituições de ensino superior. O conhecimento guarda-se, integra-se, transmite-se, cria-se, avança-se e aplica-se. As relações entre as pessoas e o conhecimento está a mudar devido à inclusão das novas tecnologias. O objectivo da educação terciária é o conhecimento e, por isso, dá-se tanta importância à gestão do conhecimento e à produção de informação e comunicação desse conhecimento (instantâneo e internacional), já que tem efeitos na organização institucional. O factor mais importante da mudança no ensino superior é o desenvolvimento das novas tecnologia aplicadas à educação (comunicação digital, interacção entre os recursos de informação e comunicação, redes digitais, realidade virtual, etc.).

Pouco a pouco passamos de um conhecimento escrito a outro oral e virtual (ensino cada vez mais virtual ou semi presencial). As próprias bibliotecas e o campus universitário se constituem em centros de navegação no espaço. As mudanças afectam o sistema de docência e a aprendizagem. A revolução tecnológica transforma o sistema de aprendizagem, centralizado nos professores para depender das comunidades de aprendizagem. O futuro do ensino superior presencial, muito custoso, eficaz, baseado nas inter-relações 'professor-aluno' pode ser cada vez mais escasso. As instituições de ensino superior passarão a apostar numa educação virtual ('on line', ensino à distância), cada vez mais barata, massificada, menos produtiva, com poucos professores, sem relações interpessoais e em certos momentos com um ensino semi-presencial. A redução de custos estará presente nessas instituições, principalmente nas públicas.

Em muitas universidades presenciais europeias e americanas utilizam a educação virtual para suprimir ou melhorar a educação presencial. Os melhores programas de ensino 'on line' se iniciam nas instituições presenciais de prestígio. O mais característico destas instituições de ensino superior é serem uma comunidade de aprendizagem 'residencial' e semi-presencial, desenvolvendo-se contactos e relações múltiplos e diversificadas (programas de mobilidade). No futuro o valor de uma instituição do ensino superior será medida pela sua capacidade de criar comunidades de aprendizagem (diversas), com

objectivos diferentes. A pressão de mudança qualitativa para o ensino virtual nestas instituições é enorme, superando-se, simultaneamente os problemas de tempo e de espaço.

Apostamos na ideia de uma universidade ou instituição de ensino superior como uma comunidade (rede) de professores, alunos e pessoal não docente internacional e instantânea.

Algumas reflexões (in) conclusivas

As mudanças actuais são muito aceleradas que exigem estabelecer estratégias e imaginar cenários para se enfrentar o futuro, quando este não é tão evidente. É preciso uma planificação efectiva, mas poucas instituições de ensino superior a realizam. O mais simples é criticar os paradigmas científicos existentes. Desde o século XIX que evoluiu a ideia de universidade à diversidade e desta à multi – diversidade e este será o cenário possível no futuro na criação de universidades universais. Há uma tendência generalizada das universidades serem universais, terem dimensão transnacional.

A refundação da universidade é necessária para conseguir a agilidade suficiente de oferta de novos programas, novos cursos num tempo mínimo. Por isso, nesta transição temporária ao novo modelo de universidade ou de instituição de ensino superior, deve harmonizar-se duas perspectivas na universidade, além da investigação (projectos, programas): a perspectiva tradicional, básica, que educa e forma em conteúdos teórico-práticos; e a perspectiva dinâmica, moldada ao mercado de trabalho e que oferece programas específicos (ad hoc) para empresas e clientes específicos que o solicitem. O objectivo da universidade será o de transformar o conhecimento em sabedoria.

Consideramos que o EEES estabelece uma área em que é possível distinguir vários níveis (europeu, nacional, universitário/sistema de ensino superior, instituição e de aula) no momento de analisarmos os marcos normativos ou legais, políticos e educativos, que irão surgindo associados às decisões curriculares. O currículo constitui o núcleo básico mais significativo (propostas de oferta formativa e de investigação), numa instituição de ensino superior. No âmbito universitário europeu as instituições de ensino superior tem vindo a cumprir as recomendações gerais e associadas na prática aos programas de colaboração e cooperação europeia (por exemplo, programa Erasmus, Leonardo Vinci).

A população cada vez mais necessita de educação terciária ao longo da sua vida laboral ou profissional. As pessoas não só mudam de emprego mas de curso ou especialidade várias vezes no seu percurso. A nova(i)dade está no facto de que a maior parte da educação terciária fazer-se pós-licenciatura. Parte dessa formação realiza-se na empresa, no trabalho ou de ensino 'on line' (á distância). As instituições de ensino superior seguirão definindo os cursos, as profissões, os currículos e as disciplinas (áreas e domínios de conhecimento), associado à qualidade de ensino (parâmetros de avaliação) e aos desejos e ambições pessoais dos professores de se centrarem mais nas necessidades e resultados dos estudantes.

É neste cenário que as instituições de ensino superior se convertem em comunidades de aprendizagem onde os papéis tradicionais se misturaram com outros como a inovação e a investigação. A qualidade do ensino será importante, mas

administração cada vez mais controlará os custos, tomando decisões por encima dos interesses dos professores.

É possível que a universidade continue a manter o monopólio da educação pós-secundária, mas com a inclusão da educação terciária deverá expandir-se mais com outras instituições afins (parcerias em rede).

Os próprios professores, além de comunicarem informação e conhecimento aos alunos, irão converter-se em mediadores de aprendizagem, em organizadores de comunidades de aprendizagem e de redes de alunos (ensino). Motivar e aconselhar (acompanhamento tutorial – orientação tutória) serão tarefas que os professores realizaram apoiados com as novas tecnologias (ensino mais personalizado). Gerar uma cultura escolar nas instituições de ensino superior que se converta numa adição dos alunos à sua própria instituição formadora, ao longo da sua vida laboral. É provável que surja a tendência dos alunos em irem a instituições mais baratas (matrículas), menos elitista, mais inovadoras onde possam estudar com espaços apropriados, onde se investigue (ou realizem estágios), o que torna essas instituições de ensino superior mais abertas, à distância ou virtual, de modo a que os alunos tenham atitudes mais activas ao longo do seu processo formativo. Para tal exige-se mais responsabilidade e disciplina nesse processo de ‘virtualização’ das universidades ou instituições de ensino superior (programas virtuais, semi-presenciais e presenciais), seja no seu ‘campus’ ou em rede, ou, até, no lugar de trabalho.

É neste contexto que falamos em criar comunidades de aprendizagem diversas. O papel de ‘professor’, ‘estudante’ e ‘investigador’ vão sendo cada vez mais redefinidos e de intercambio. A rede é útil para comunicar informação (gestão do conhecimento), mas má para certificar se essa informação é fiável ou credível, pois pode cair numa comercialização e propaganda excessiva, que é necessário controlar.

Outro aspecto relevante nesses cenários futuros das EEES é que se misture melhor os recursos públicos e privados, instituições de todo tipo. O virtual apresenta aspectos positivos e negativos e as instituições de ensino superior têm a responsabilidade especial de os controlar. Sabemos que estas instituições são organizações complexas e concentram imensos recursos. A educação terciária e a investigação básica e aplicada são cada vez mais caras, o seu custo cresce, mas também a proporção de alunos para essa educação terciária é cada vez maior (há cada vez mais alunos adultos). Por isso, a tendência é a universalização da educação terciária na sociedade do conhecimento e tecnológica, de modo a proporcionar estudos pós-secundários a toda a população (activa). Daí que o valor da educação universitária é cada vez maior, pois no futuro a população sem estudos vai sendo residual. Aqui reside um dos êxitos da universidade: apostar na educação terciária (elevar a taxa de escolarização). O futuro está no aprender a aprender, no aprender ao longo da vida (educação polivalente e ampla), no incorporar formas de organização e de resolução de problemas sociais novos, num desejo contínuo de continuar a aprender (saber como se sabe, de modo a adaptar-se às mudanças).

Por conseguinte necessita-se neste cenário de um tipo de estudante novo e de um novo tipo de professor de ensino superior. Ambos aprendizes e apreendentes do saber devem estar motivados para aprender, pois todos aprendem na sequência ‘educação –

trabalho – ócio’.

Algumas instituições de ensino superior do mundo apontam uma pauta de ‘excelência’ para o resto das instituições. É o exemplo de Cambridge, Harvard, Oxford, Princeton, Stanford, Yale, entre outras que constituem modelos de imitação para muitas instituições europeias para subirem os índices de qualidade. Sabemos que se investiu muito dinheiro público para se conseguir uma rede de instituições de ensino superior com recursos e capital humano (activos). Mas o custo acelerou-se de tal modo que é necessário capital privado, incluindo nas instituições públicas. Muitas dessas instituições, reconhecem o mercado competitivo e a disputa de recursos para a investigação e inovação, daí aceitam privatizar a investigação e os programas de pós-graduação / pós-licenciatura. Continuará a manter-se as universidades de excelência, com ‘campus’ tradicionais que formam elites internacionais, mas paralelamente haverá milhares de programas, cursos e instituições que irão educar virtualmente uma franja elevada de adultos, de pessoas que necessitam de legitimar e ampliar as suas competências ou conhecimentos. De facto, não se procura um título ou certificado, procura-se aprendizagem.

Em definitivo, o sistema de ensino superior não poderá a continuar a ser custoso e pouco produtivo. Os novos gestores das instituições de ensino superior tentarão reorganizar ou refundar essas instituições e os programas e cursos, convertendo-os mais efectivos, acessíveis e produtivos no cumprimento da tríade ‘conhecimento – desenvolvimento – inovação’.

Creemos que o futuro das universidades não será muito distinto do actual. Em geral, os momentos de crise e os processos de mudança exageram-se. As instituições de ensino superior formam cidadãos (e profissionais) para uma sociedade democrática, conservando e transmitindo o melhor da cultura e, simultaneamente, criticando a sociedade, com o objectivo de ajudar a construir uma outra melhor.

Bibliografia de Referência

- BOK, Derek (2003). *Universities in the Marketplace: The commercialization of higher education*. Princeton: Princeton University Press
- BOWEN, W.G. and SHAPIRO, H. T. (ed.s) (1998). *Universities and their leaderships*. Princeton: Princeton University Press
- COLLER, X. (2003). *Cannon Sociológico*. Madrid: Tecnos
- DUDERSTADT, J.J. (2000). *A University for the 21.st Century*. Ann Arbour: University of Michigan Press
- INTERNATIONAL ASSOCIATION OF UNIVERSITIES (2002). *Globalization and the Marketing Higher Education: quality, accreditation and Qualifications*. Paris: UNESCO
- LEVIN, R.C. (2003). *The Work of the University*. New Haven: Yale University Press
- KERR, C. (1995). *The Uses of the University*, (4.ed.). Cambridge: Harvard University Press
- MIGUEL, Jesús M. de (2002). *Relación entre gasto y calidad en las universidades*. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, n.º 99, pp. 40-54
- MIGUEL, Jesus M. de; CAIS, J. y VAQUERA, E. (2001). *Excelência: Calidad de las universidades españolas*. Madrid: Centro de Investigacionbes Sociológicas

- PALACIOS PICOS, A. (2004). El crédito europeo como motor de cambio en la configuración del espacio europeo de la educación superior. Revista Interuniversitaria de Formación del Profesorado, 51, pp. 179-196
- PONS, Juan de Pablos (coord.) (2005). La Universidad en la Unión Europea. El espacio europeo de educación superior y su impacto en la docência. Málaga: Aljibe
- ZABALA, Jesus M. G. (2005). El espacio europeo de educación superior, un reto para la universidad. Barcelona: Octaedro / IC-UB
- ZABALZA, M. A. (2003). Competências docentes del profesorado universitário. Madrid: Narcea